



SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ

Aos 18 (dezoito) dias do mês de dezembro do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 09h30min (nove horas e trinta minutos), na sede do Instituto de Previdência de Maracanaú, situada na Av. III, nº 268, Jereissati I, Maracanaú, Ceará, reuniu-se em **sessão ordinária** o Conselho Municipal de Previdência, tendo como pauta única: **análise das atividades do colegiado no ano de 2024 e a elaboração de um cronograma de trabalho para 2025**. Presentes a esta sessão, além do presidente do Colegiado, **Francisco Eudasio Cosme de Menezes**; os senhores e senhoras conselheiros e conselheiras titulares: **André Martins Aragão; Ciciliane de Castro Bezerra; Ana Paula da Silva Cavalcante; Elza Pena Sales; Francisco Jeferson Alves da Silva Ribeiro, Yleen Acioly Mesquita e Andréa Cidália Maria Oliveira Lima**. Suplentes nesta condição participaram: **Danubia Nogueira da Rocha Chaves; Maria Emanuella Eugênio da Silva Oliveira; Carlos Augusto de Almeida Junior e Neuma Maria de Oliveira Pontes**. A suplente **Jaira da Rocha Alcântara Rossas** teve sua ausência justificada pela presença do respectivo titular. Precisamente às 10h00min (dez horas), verificando a existência de quórum deliberativo, nos termos da Lei Municipal nº 1.930 de 2012 e do Regimento Interno do Conselho, o presidente do Conselho iniciou a sessão agradecendo ao colegiado por ter acatado sua solicitação de adiamento da sessão ordinária prevista para o dia 11 de dezembro. Solicitação que se deveu a questões de saúde, tendo ele se submetido a um procedimento cirúrgico. Em seguida, Eudasio Menezes, solicitou a conselheira Elza Sales que secretariasse a presente sessão, e esta, em ato contínuo procedeu a leitura da ata da sessão anterior que aprovou a Política de Investimentos para 2025, que foi aprovada por unanimidade sem emendas ou correções, seguindo agora para publicação. A conselheira Ciciliane Bezerra, pediu dispensa da sessão em função de uma questão pessoal, o presidente colocou a deliberação do colegiado que unanimemente aprovou o pedido. A título de informe Eudasio informou que em abril haverá renovação do Conselho Municipal de Previdência que atualmente tem caráter fiscal e deliberativo, contudo, por imposição legal é provável que haja a necessidade de para o próximo mandato, ser constituído 02 conselhos: o Fiscal e o Deliberativo. Desta forma considerando que os atuais conselheiros possuem certificação apenas para o conselho deliberativo, aqueles que pretendam continuar a partir de abril de 2025, devem garantir suas indicações junto as entidades e órgãos de origem, e no caso dos sindicatos, passar pela aprovação da assembleia geral além de apresentar certificação compatível com o conselho pretendido. Existe ainda segundo o presidente a possibilidade de os conselheiros serem nomeados para um conselho único (nos moldes atuais) para um mandato transitório de 60 dias ou ainda prorrogar excepcionalmente o atual mandato pelo mesmo período até que uma lei seja aprovada estabelecendo o duplo colegiado e as novas regras para ambos. Feitos estes esclarecimentos foi concedida a palavra aos conselheiros e conselheiras nos termos do Regimento Interno: com a palavra a conselheira Danúbia Rocha afirma que sua posição seria de esperar as deliberações sobre o tema, até mesmo no sentido de termos ciência de que haverá pagamento das provas pelo Instituto de Previdência, destacando ainda que existe uma barreira grande entre conselho e o presidente do IPM, no que diz respeito às demandas propostas pelo colegiado e não são resolvidas. Sendo esta, uma característica do presidente, a morosidade. Além disso, afirma ter sido positiva as atividades do conselho no ano de 2024 em relação a algumas demandas que foram efetivadas. Com a palavra o conselheiro Acioly Mesquita sugeriu que o presidente do Conselho enviasse ofício ao presidente do IPM, listando as demandas que não tiveram respostas, assim o presidente terá em mãos as demandas que não foram atendidas. Destacou ainda que as propostas do atuário prometidas ainda nesse fim de semestre, não foi cumprida, e sobre a divisão do conselho, não sabe se legalmente é possível, mas propõe a prorrogação do mandato deste colegiado em caráter extraordinário até 30 de junho. Em resposta a Acioly o presidente do Conselho Eudasio Menezes, afirma não haver previsão legal para tal prorrogação, mas que a sugestão será analisada e quando retomarmos os debates sobre o tema no próximo ano. Com a palavra o conselheiro Jefferson Ribeiro indaga como se daria a divisão entre os conselhos após a certificação e ressalta também que em 2024 não conseguimos realizar os seminários deliberados pelo conselho, sendo importante a retomada dessa pauta. Com a palavra sobre a composição do novo colegiado, o presidente do Conselho Eudasio Menezes, esclarece que serão quatro para membros titulares e quatro suplentes para o conselho deliberativo e quatro membros titulares e quatro suplentes para o conselho fiscal e cada conselho terá atribuições específicas e distintas, definidas na lei que os criar. Sobre a certificação o presidente entende não haver exigência das duas certificações (fiscal e deliberativa), mas seria importante



que todos as tivessem, para habilitá-los para qualquer um dos colegiados, o que facilitaria no momento de suas indicações por seus órgãos ou entidades de origem. Reforça ainda as disposições da lei 1.930 de 2012, quais sejam: que as indicações dos sindicatos devem ser acompanhadas das deliberações aprovando os nomes em assembleia geral e faz a leitura do artigo 5º da sobredita Lei, que trata da composição atual do Conselho de Previdência com ênfase para o parágrafo 2º, inciso III, dispondo que os representantes dos segurados ativos, inativos e pensionistas deverão ser eleitos entre seus pares e indicados pelos sindicatos ou associações correspondentes. Com a palavra a conselheira Elza Sales destaca que existe uma ordem de preferência quanto ao inciso destacado pelo presidente, ou seja, de acordo com a redação, os sindicatos têm a prerrogativa na indicação, e apenas na ausência destes entrariam outras entidades como associações e comissões de servidores. Com a palavra o diretor do IPM Thiago Coelho destaca que existe a possibilidade de se fazer um edital para que as entidades representativas possam fazer suas inscrições, esclarecendo a necessidade de regulamentação em lei sobre a territorialidade da representação ser municipal. Complementando o raciocínio de Thiago, o presidente do Conselho afirma que é importante deixar claro no texto legal que as representações dos segurados venham de entidades que representam os servidores municipais e que tenha sede no município. Retomando a palavra a Conselheira Elza Sales acrescenta que a regulamentação deve deixar claro que a entidade seja composta exclusivamente de segurados no município pelo RPPS. O presidente do Conselho Eudasio Menezes solicita que possamos trabalhar um consenso quanto a recondução dos conselheiros por 60 ou 90 dias, com o intuito destes regulamentarem suas certificações para o respectivo conselho que pretenda ser membro, destacando que todos os que assumirem em abril devem estar certificados. Novamente com a palavra, Elza destaca o engajamento dos conselheiros e fortalecendo a tese de Acioly sugere que a vigência desse conselho possa ser prorrogada, acrescentando que em 2025 o presidente do IPM possa se organizar no sentido de responder com mais celeridade as demandas do Conselho. Com a palavra a Conselheira Neuma Pontes parabeniza os conselheiros e lembra de aspectos que realmente não foram resolvidos: como a cartilha, o seminário e sugere que haja no IPM atendimento psicológico para os aposentados, fala sobre os processos de homologações e pede que as pessoas sejam informadas de seus processos. Destaca que outros conselhos funcionam muito bem mesmo não recebendo algum tipo de auxílio e pede que haja maior abertura em ouvir os conselheiros e que não sente que tem uma resposta definitiva para seus questionamentos. Outro aspecto que ressalta é que sendo ela e a conselheira Andrea Cidália tem disponibilidade para ajudar em demandas e que se coloca à disposição, no mais, agradece e diz que em suas orações pede para que casa conselheiro tenha prosperidade. Com a palavra o conselheiro Carlos Augusto destaca que dois pontos seriam interessantes: colocar uma motivação para os suplentes em relação ao auxílio financeiro para que estes se sintam mais estimulados, e afirma ainda que reconhece a representação dos sindicatos, e reforça sobre a realização dos seminários para levar aos conselheiros e a categoria conhecimentos sobre seus direitos e obrigações e do que se trata na realidade do IPM. Em relação da eleição em assembleia para escolha do conselheiro ou conselheira a ser indicado pelos sindicatos destaca a importância desta forma democrática, reforçando sua validade e oportunizando que outras pessoas possam fazer parte do pleito. Com a palavra a conselheira Danúbia Rocha, informa que a Secretaria de Recursos Humanos e Patrimoniais - SRHP está elaborando um programa de preparação para aposentadoria - PPA para os aposentados e servidores que estão prestes a se aposentar. Que este projeto está sendo preparado para ser apresentado ao prefeito e a este colegiado. Destaca ainda a importância da realização de seminários, e sugere que os próximos conselheiros possam ter uma capacitação ao adentrar nos conselhos e que tenhamos mais força para o próximo ano. Quanto a questão de seminários, responsabiliza que tenhamos que cumprir um plano de metas e que as comissões possam estar atentas a estas demandas. Por fim, ressalta a necessidade do planejamento estratégico para que sejam realizadas e cumpridas as metas propostas. Com a palavra o conselheiro André Aragão enfatiza a importância da participação do conselho em congressos e seminários e que aconteçam mais oportunidades de participações dos membros em seminários a exemplo do congresso da ANEPREM, que foi muito rico em termos de capacitação para os conselheiros. A conselheira Ana Paula agradece e coloca a satisfação de estar participando das comissões e cobra o cálculo atuarial para que se dê avanço em diversas questões a exemplo do déficit financeiro que cresce a cada dia. Com a palavra a conselheira Maria Emanuella destaca que muitas coisas são analisadas e não se cumpre. Se há prazo, não são cumpridos, destacando ainda que



apesar do ano ter sido produtivo, falta ainda muitas respostas as demandas do conselho e isto é preocupante. Ressaltando pôr fim a crescente queda no índice de sobrevivência do IPM e reforçando a fala dos que lhe antecederam quanto a importância da participação dos membros do Conselho nos seminários. Andrea Cidália com a palavra afirma que o Supremo com frequência convida Thiago para reuniões com os aposentados, mas é necessário também dialogar com os servidores. A diretora financeira do IPM, Michaele Pessoa externa sua alegria pelo retorno de Eudasio as atividades da presidência do conselho depois de se estabilizar após o problema enfrentado quanto a sua saúde. Em seguida respondendo a questionamentos sobre os consignados e que a questão agora é uma responsabilidade do RH do IPM, destaca que os servidores do IPM estão trabalhando para que tudo seja resolvido e que todos os servidores e colaboradores desta Autarquia estão à disposição para tirar dúvidas e fazer esclarecimentos não apenas aos conselheiros, mas aos servidores segurados e se estes precisarem podem vir a sede do IPM tirar dúvidas. Concedida novamente a palavra ao diretor-presidente da Autarquia Previdenciária, este agradece o trabalho dos conselheiros e conselheiras, ressaltando o crescimento e conhecimento agregado pelos conselheiros neste período, quanto as exigências e a forma como estão debatendo e votando a prestação de contas do IPM e demais matérias que lhes são submetidas, o que demonstra a dedicação para aquisição destes conhecimentos, que a saída de qualquer um deles seria em sua visão perda de tempo e trabalho, pois todos são qualificados e capacitados. Por fim, sugere que seja incluído na legislação como critério para a escolhas de candidatos a conselhos que seja dada preferência aos candidatos devidamente habilitados e certificados. Em sua concepção é importante destacar na lei alguns critérios para respaldar a divisão e a continuidade do conselho, informou ainda que o Instituto de Previdência aderiu ao Pro-Gestão. Ressalta que os conselhos deliberativo e fiscal possuem atribuições distintas. O presidente do Conselho Eudasio Menezes pede que sejam ilustradas essas atribuições e pergunta se poderia ser a título de exemplo a política de investimento atribuição do conselho deliberativo e a análise e votação das contas atribuição do conselho fiscal. Thiago afirma que nesse exemplo há tanto deliberação como teor fiscal e sobre o atuário informa deu o prazo até esta data, para que fosse apresentado os cenários, contudo, até o presente momento não recebeu qualquer informação, mas acredita que em janeiro possamos ter acesso a minuta de lei. Ainda sobre os consignados a Conselheira Neuma pede celeridade e em conjunto com a conselheira Elza, traz a realidade da insatisfação dos servidores e o desejo de realizar movimentos dentro da sede do IPM. A conselheira Danubia com a palavra ressaltava a morosidade na apresentação do cálculo atuário, e afirma que se isto se trata de incompetência, é necessário a troca do funcionário. Thiago Coelho explica que a legislação anterior facilita muito o cálculo atuarial, hoje a realidade do município é que há uma inconsistência nos dados analisados pelo atuário e acredita que haverá em breve uma resposta. Novamente com a palavra o presidente Conselho Eudasio Menezes diz entender e se solidariza com as angústias dos conselheiros, e que a parte do conselho vem sendo feita, ou seja, propor e cobrar, uma vez que não temos atribuições de órgão executor. Relembra que em 2023 houve protocolo de documentos com demandas solicitadas por este colegiado ao diretor-presidente do IPM. Sobre as Comissões Regimentais ressaltava a dificuldade em constituí-las uma vez que os integrantes do conselho quase sempre alegam indisponibilidade de tempo, mas ressaltava que mesmo quem não estiver formalmente nas comissões pode participar das discussões e requerer acesso as informações. Por fim, frisou que muitas demandas debatidas por alguns conselheiros muitas vezes não fazem parte de discussão do colegiado e sim de temas individuais e de representações extra conselho de previdência e que estas deveriam ser debatidas e resolvidas pelos proponentes diretamente com a diretoria da Autarquia Previdenciária. O presidente do Conselho encerra suas palavras parabenizando a todos pelo empenho, trabalho e dedicação, e não havendo mais inscritos, agradece a presença de todos e encerra a presente sessão, ficando a próxima designada para o dia 08 de janeiro de 2025, em caráter ordinário, ou extraordinariamente quando convocada nos termos da Lei Municipal 1.930 e do Regimento Interno deste colegiado. Eu, **Elza Pena Sales**, secretariei e lavro a presente ata, que depois de lida e aprovada segue assinada por mim _____, demais conselheiros e servidores presentes a esta sessão. Maracanaú, 18 (dezoito) de dezembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

Francisco Eudasio Cosme de Menezes
Presidente



André Martins Aragão

Titular

Ana Paula da Silva Cavalcante

Titular

Elza Pena Sales

Titular/Secretária

Francisco Jeferson Alves da Silva Ribeiro

Titular

Andréa Cidália Maria Oliveira Lima

Titular

Yleen Acioly Mesquita

Titular

Danúbia Nogueira da Rocha Chaves

Suplente

Maria Emanuella Eugênio da Silva Oliveira

Suplente

Carlos Augusto de Almeida Junior

Suplente

Neuma Maria de Oliveira Pontes

Suplente

Thiago Coelho Bezerra

Diretor-Presidente do IPM

Michaele Feitosa Pessoa

Diretora Financeira do IPM